

e com mil cruzeiros, pagos pelo bolso do povo.

Não combatemos apenas o presente erro do Prefeito, mas todos os excessos, todos os erros consumados e os que continuam sendo praticados, apesar do conteúdo de honestidade e moralidade administrativa que o Sr. Caspar Dutra quer imprimir no Brasil.

Estes os protestos que quero e hei de trazer a esta tribuna, indicando, inclusive, os nomes das reivindicações por esses excessos de liberalidade do Governo.

O Sr. José Romero — Quando V. Ex.^a trouxe ao conhecimento da Nação, desta tribuna, todos os atos de filiotismo a que se refere, lique certo, esteja seguro de que, pelo menos, um seu colega há de estar a seu lado. Este serei eu. No que concerne, entretanto, ao ato de V. Ex.^a aludido, do ilustre Prefeito Mendes de Moraes, é preciso que V. Ex.^a se convença de que existe uma lei mandando que as nomeações sejam feitas no caso de vaga. No momento porém não se trata de vaga, mas de simples afastamento que determina substituição. V. Ex.^a precisa compreender que o Prefeito Mendes de Moraes não adotou critério de filiotismo.

O Sr. Benjamin Farah — Neste caso.

O Sr. José Romero — ... cumpriu exatamente a lei, quando a mesma que a nomeação tinha de estar em perfeita estranha aos quadros da Prefeitura. Trata-se de livre nomeação do Prefeito. Creio que exista nisso alguma coisa de injusto, mas haverá remédio.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Ainda bem que V. Ex.^a reconhece que há alguma coisa de injusto.

O Sr. Benjamin Farah — A declaração é importantíssima.

O Sr. José Romero — Pode haver injustiça mas a lei foi cumprida. Não se pusergo direito de quem quer que seja. V. Ex.^a tem um empecilho: fazer um apelo à Câmara Municipal no sentido de que modifique, a lei, para que dê o direito que V. Ex.^a reclama, e que todos pedimos reivindicar, a que as nomeações sejam feitas por promoção nos quadros dos Procuradores. Neste caso, então, se o Prefeito não cumprir a lei, V. Ex.^a me terá a seu lado para combater o ato do Prefeito.

O Sr. NELSON CARNEIRO — V. Ex.^a me deixa nesta diáspora se não foi a 30 de janeiro, o Prefeito errou a 11 de julho. S. Ex.^a numa destas oportunidades, errou.

O Sr. José Romero — Para argumentar.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Para argumentar, V. Ex.^a há de ouvir comigo ou, então, impossível haver contigência.

Vejam V. Ex.^a há uma lei de 11 de março de 1947 — diz o nobre colega — declarando que um Procurador deverá ser nomeado por livre escolha do Prefeito e outro por promoção. No dia 11 de julho de 1947 o Prefeito declarou, textualmente, no ato: "A primeira vaga de Procurador da Prefeitura, verificada a qualquer título, deverá caber a um dos antigos adjuntos da Procuradoria". Ocorre a primeira vaga e deixa de ser nomeado um antigo adjunto da Procuradoria. O Prefeito Mendes de Moraes errou, ou no dia 11 de julho, ou no dia 30 de janeiro, e errei com S. Ex.^a no caso.

O Sr. José Romero — Explicarei a V. Ex.^a Heu! várias vagas.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.^a não tem razão. As duas vagas se referem, textualmente, à substituição do Bacharel José Maria de Albuquerque Belo. As duas vagas, portanto, se referem à mesma substituição.

O Sr. José Romero — V. Ex.^a está equivocado. Houve a vaga decorrente do afastamento do ilustre Deputado Celso Machado.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Refiro-me à vaga do Sr. José Maria Belo.

O Sr. José Romero — Houve duas vagas, uma quando o Sr. José Maria Belo foi nomeado procurador Geral e outra quando S. Ex.^a se afastou do cargo para ir aos Estados Unidos fazer parte da ONU.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Depois dessa só houve aquela consequente do afastamento do Sr. José Maria Belo para ir para a ONU. Por que não suprimam esta vaga?

O Sr. José Romero — A primeira vaga foi a do Sr. Deputado Celso Machado.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Isto é história antiga.

O Sr. José Romero — São fatos recentes.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Quer ver detalhes importante pelo qual V. Ex.^a há de se convencer? No primeiro ato em que se declara isto, diz textualmente o Prefeito que foi cunhada a Procuradoria do Distrito Federal, no segundo ato não há qualquer referência a parecer desse órgão sustentando a tese do Prefeito, donde se há de concluir que, no primeiro, S. Ex.^a se submete ao ponto de vista jurídico da Procuradoria Geral do Distrito, e, no outro, S. Ex.^a não se baseou em parecer da mesma Procuradoria.

O Sr. José Romero — Para o caso de provimento de vagas não há necessidade de parecer da Procuradoria.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Então, para que existir Procuradoria se não para opinar em controversias desta natureza?

O Sr. José Romero — Não existe controversia.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Os atos do Prefeito mostram que S. Ex.^a está em contradição.

O Sr. José Romero — Não há contradição alguma.

O Sr. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente não tenho contra o Prefeito do Distrito Federal, nem contra nenhum dos administradores públicos do Brasil, qualquer animosidade. Cumpro, nesta Casa o dever que sempre cumpro, como jornalista. Todos os atos que eu minha pena de jornalista mereceram censura, não de merecê-la agora, que me acho no Parlamento (Muito bem, muito bem, primus).

O Sr. SEGADAS VIANA — Senhor Presidente não a palavra, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. SEGADAS VIANA (Pela ordem) — Sr. Presidente ontem, a Câmara não pôde realizar seus trabalhos normais porque, segundo se verificou da lista de presença não havia o quorum necessário.

Venho observando, entretanto, que nem sempre o número anunciado corresponde ao de Deputados presentes na Casa. Isto se explica porque, enquanto a maioria dos Srs. Deputados entra na Câmara pela porta da Rua da Assembleia, onde se encontra o funcionário encarregado de anotar os que chegaram, outros muitos aqui comparecem, entrando pela Rua Dom Manuel ou, então, pela porta principal. Sugiro por isso a V. Ex.^a Sr. Presidente, — e faço mesmo um apelo neste sentido — que determine a presença de um funcionário no local onde há listas para inscrição de oradores, a fim de registrar os nomes dos Senhores Deputados que não passaram pela Portaria, dadas dando à Mesa conhecimento, o que permitirá se verificar o quorum exato, isto é, dos Deputados presentes da Casa. (Muito bem, muito bem).

O Sr. PRESIDENTE — Atendendo às considerações do nobre Deputado Segadas Viana, dirijo um apelo aos Srs. Deputados no sentido de fazerem anotar sua presença perante o funcionário encarregado de tomar as inscrições dos oradores do expediente, sempre que entrarem no Palácio atendendo por portas diferentes. Isso

*) Não foi revisto pelo orador

permitirá à Mesa controlar o comparecimento total dos Srs. Deputados e anunciar o quorum efetivo.

O Sr. VASCO DOS REIS — Sr. Presidente, preservar nossa unidade, essa admirável unidade que, a muitos tem-se afigurado frívolosa, eis a preocupação de todos os brasileiros patriotas. (Muito bem).

Como fazê-lo, encarando todas as questões de ordem social, econômica, política e outras, é o fundamento das soluções procuradas por legisladores e administradores.

Não é nova a ideia da mudança da Capital Federal para o Planalto Central do Brasil. Encerra, mesmo, medida soberana, ponto de partida de todos os raciocínios lógicos atinentes ao progresso global do Brasil.

Não existe dúvida, valendo por verdade pacífica e incontroversa, que nada poderemos tentar de racional e útil no sentido de uma reestruturação das condições gerais do País, sem localizarmos a Capital da República no ponto ótimo do território nacional. Por essa expressão se compreende aquela região que oferece vantagens sensivelmente iguais para todos os quadrantes do País, sem distinção nem exceções.

Só assim acabaremos, para sempre com as regiões privilegiadas e as regiões esquecidas, com as excessivas valorizações e as desvalorizações exorbitantes. Só assim daremos sentido lógico e impulso decisivo às comunicações de toda espécie, inrushindo às energias resultantes de nosso esforço isto é, as riquezas uma circulação equilibrada. Só assim a indústria, poderosa excederá nos dois sentidos pelo seu máximo do poder nacional se irradiará normalmente em todos os sentidos e rincões do Brasil.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a está advogando a mudança da Capital para o Planalto Central. Considera tal ideia executável?

O Sr. VASCO DOS REIS — Não se pede a execução no momento, mas para quando for possível dentro de um ano prazo razoável. É isto o que estou advogando.

O Sr. Benjamin Farah — Pego semelhante pergunta, porque o Governo está lutando com problemas muito mais urgentes que esse da mudança da capital, como sejam o do transporte do abastecimento da população não só nas capitais como nas cidades do interior.

O Sr. VASCO DOS REIS — Digo a V. Ex.^a que a interiorização da Capital traz em si atualmente, a solução de todos os problemas.

O Sr. Benjamin Farah — A solução de todos, não digo mas a do maior problema, que é o do transporte. Devemos trabalhar nesse sentido e o problema dos transportes é muito mais importante do que o da mudança da Capital.

O Sr. Luis Claudio — Um problema não exclui outro.

O Sr. VASCO DOS REIS — Insisto em que o sistema de transportes nunca será racional, enquanto não vier com a interiorização da Capital.

O Sr. Benjamin Farah — Nos transportes são deficientes. Há certas estradas, como por exemplo a Paulista, a Central do Brasil em que o primeiro e o segundo noturnos são péssimos; não há higiene, não existe conforto e a passagem é de preço exorbitante. E não são apenas os trens de passageiros mas também os de carga. Os fretes pelas estradas de ferro do governo hoje são tão alto que é mais interessante fazer o transporte por meio de companhias todovárias particulares.

O Sr. VASCO DOS REIS — Chegarei lá.

O Sr. Benjamin Farah — Refiro-me à Central do Brasil para não dizer outras estradas que a União possui, e, quase todas elas, em situação difícil.

O Sr. Benjamin Farah — Deixa eu, Sr. Presidente, que só assim com a interiorização da Capital Federal

podemos acabar essa rotina lenta de progresso de periferia, que tem escasso poder de penetração e que termina em fundo de saco, há muito pouco profundo, na vastidão do Centro Oeste.

O problema de ligação norte-sul, de saneamento e recuperação das bacias fluviais, da valorização econômica de vastíssimas zonas, de extensão de riquezas...

O Sr. Benjamin Farah — Tudo isso poderia ser solucionado com boas estradas. Fazíamos a ligação da desembocadura do Tapajós em Santarém — se me não falha a memória — com a parte central já no Pará com o desaguadouro do Tietê — digamos em Três Lagas cidade de Mato Grosso. Poderíamos, assim, trazer matéria-prima do interior para a Capital, e facilitar o abastecimento, não só ao que diz respeito a minério, mas também a criação de gado e produtos da lavoura. Não é só a mudança da Capital que resolve. A construção de estradas é um problema principal.

O Sr. VASCO DOS REIS — Chegarei a esse ponto. Dizia que a conversão de potências em riquezas ulteriores isto é tudo que disse e mais o que V. Ex.^a acaba de acrescentar a meu discurso, tudo isso esbarra na falta das necessidades comuns, que é a centralização do esforço brasileiro consubstanciado como primeiro passo, na mudança da capital para o interior do país.

Falamos e fomos à frente do Governo um grande cidadão, um sincero e fervoroso idealista que se não limita exclusivamente a governar, que governa efetivamente o país todo e não se limita a dirigir apenas a parte privilegiada do Brasil. Dai a energia com que foi atacado de início esse problema fundamental. Na decisão que motiva S. Ex.^a quando encara este vastíssimo assunto, deixei transparecer que mobilizarei todos os recursos possíveis atingindo mesmo as mais do impossível, para conseguir sua execução.

Não posso crer, aliás, que brasileiro algum no momento atual, ba encostas das circunstâncias do presente e as do futuro, deixe de prestar apoio a esse passo decisivo que inaugurará uma era diferente de tudo que já se fez e se pretendeu fazer no sentido de alcançar a situação econômica e engrandecer nossa Nação.

Os brasileiros, pelos seus mais respeitáveis representantes, em três constituições consecutivas, consagraram vitória a ideia da mudança da Capital.

O General Póli Coelho, em seu magnífico trabalho "Aspectos fundamentais do problema da Capital", encareceu o assunto por vários prisma e especialmente pelo prisma constitucional, mostrando que o legislador constituinte de 1846, de 1824 e de 1831, não discrepavam uma linha sequer dos imperativos patrióticos, amparando, dando força e vigor, constitucional à ideia da mudança da Capital.

Cumpro agora as duas Casas Legislativas, esta e o Senado, por em execução, naturalmente no prazo razoável e despendido da nossa Carta Magna, consubstanciando na legislação ordinária a matéria, isto é, situação no tempo e no espaço o grande empreendimento.

A área escolhida para que pela se assemie o futuro Distrito Federal so pode ser a demarcada pela Comissão de 1892. Aliás, essa área já pertence à União e encerra 14.400 quilômetros quadrados por inúmeros e poderosos cursos d'água. Está localizada numa altitude fértil, abundantemente batida variando em torno de 1.100 metros, onde se goza de uma temperatura permanente entre 18 e 20 graus, ameníssima, portanto. Essa região se encontra nas vertentes dos grandes rios — Paraná, S. Francisco e Tocantins, cujas nascentes se encontram a um tiro de fuzil umas das outras, na pitoresca expressão do próprio Cruzis.

Domina, assim, as três principais bases do Continente e V. Excia. sabe, Sr. Presidente, que, desde a mais recente antiguidade, a tendência pronunciada da civilização é de acompanhar o curso das grandes artérias fluviais. Vejamos, porém, na história, as palavras do General Djalma Feltz Coelho, quando enumera as vantagens políticas que advirão da mudança da Capital Federal: (Id.).

Nada mais é preciso dizer. Acrescentarei, entretanto, que tremendas injunções da mecânica social, imposta pelo desenvolvimento cada vez maior das massas humanas, na superfície do planeta, apesar da guerra, criaram situações geo-políticas muito graves e às quais precisamos atender. Precisamos o mais rápido, desenvolvendo dentro de nossas fronteiras, no "interior", esse fenômeno migratório, que se operará futuramente, que não, através dessas fronteiras, e para fazer face a isso precisamos estar preparados.

O Sr. **Cordeiro de M Miranda** — No momento precisamos, principalmente, pensar em descongestionar a Capital Federal, cuja população aumenta extraordinariamente, com meio de subsistência, de abastecimento satisfatório. Sobre ser este problema de grande necessidade econômica e política, é, certamente, premiente, em face das vicissitudes que atingem a população carioca.

O Sr. **VASCO DOS REIS** — O nobre colega tem toda a razão e sou grato a V. Excia. pelo apelo.

Não tenhamos, porém, a menor ilusão: o desenvolvimento desta cidade atlântica somente nos pode trazer este domo e o acesso progressivo de referência de possibilidades secundárias.

É nosso dever reagir contra o presente estado de coisas, procurando as recursos de que dispomos em grande quantidade, pois do contrário, precipitaríamos nossa incapacidade, uma vez que as necessidades do estado, presentes e futuras, como muito bem accentua o nobre colega.

Proseguir nesta situação de ineficiência de braços cruzados, seria lamentável, verdadeiramente lamentável, se não fosse extremamente perniciosa. O passo tem de ser dado enquanto é tempo. Meditem os legisladores, os representantes do povo sobre as responsabilidades que lhes cabem sobre os ombros no momento. Jamais esqueceremos que o derrotismo é o primeiro inimigo, por ser psicológico, é insuperável. Além dele virão os demais (Muito bem, muito bem, Palmas).

O Sr. **FLORES DA CUNHA** Apela v. Excia. Sr. Presidente, desde que conheço o funcionamento da Constituinte Nacional, conheço os Senhores Deputados a minha atitude em relação à política de meu Estado.

Nenhuma vez debeti no plenário, nem na Constituinte, nem na Câmara dos Deputados, porque acho lamentável a atitude de virarem os políticos estaduais dilacerar-se diante da Magde, discutindo questões da vida interna dos partidos estaduais, com pretensão de nos grandes problemas nacionais a que somos chamados a dar solução.

O Sr. **Lino Machado** — Nesta noite, permitia-me discordar da Vossa Excelência, porque os parlamentares estaduais demonstram o da política nacional. Como várias vezes tenho vindo à tribuna denunciar: fatos do meu Estado...

O Sr. **FLORES DA CUNHA** — É um direito de V. Excia. que respeito, mas cuja existência não estou obrigado a preservar. Sua divergência de mentalidade, são divergências de temperamento, são — quem sabe — divergências de filosofia, mas eu respeito em todos, mas não as divergências que me interessam.

O Sr. **Lino Machado** — É justamente o que faço.

O Sr. **FLORES DA CUNHA** — Não me cause de Water nesta noite...

... Não fal venha mais aradar...

Já estrei bastante vilho para vir dar ao país e à Casa o espetáculo de dilacidações que não nobilitam e, ao contrário, rebaixam e avilham.

Desejo, sempre, nesta Casa, debater, de um ponto de vista muito alto, todos os assuntos, que foram aqui ventilados.

Accontece, porém — e para o caso chamo a atenção dos meus distintos colegas do P. S. D. do Rio Grande do Sul — que, como é do conhecimento de todos, foi proibida uma intervenção na política nacional, pelo acontecimento dos políticos, a fim de estabelecer um *modus vivendi* e conseguir uma trégua que auspiciasse a prática da democracia sem que os Partidos se desquitassem e mantida a independência deles, se pudesse fazer um esforço em concordância pelo bem do país.

Como ia dizendo, entretanto, aconteceu que o illustre Sr. General Firmino Feltz Coelho, Presidente do P. S. D. do Rio Grande do Sul, quando aqui regressou, há bem poucos dias, pensou em fazer declarações aos jornais e numa discurso pronunciado em homenagem que lhe foi prestado, disse que não dá seu assentimento para o entendimento dos Partidos dentro do Rio Grande do Sul.

Ora, já tive ocasião de afirmar, nem para mimino no acereamento dos Partidos. Toda a minha ação foi de simpatia, de colaboração, para que os homens abatessem as armas e procurassem melhor entendimento, porque creio estar na consciência de todos que o país necessita de uma trégua para sair do atoleiro em que se encontra.

Não tenho querido vir à Câmara para fazer discursos com palavras em todas as côrtes, da variedade situação econômica e financeira do país.

Conheço os assuntos tão bem quanto meu querido amigo, Senador Artur de Souza Costa, líder da Bancada Posedista do Rio Grande do Sul. Quando faço essa referência pessoal, quero dizer que, na referência pessoal, quero dizer que o Sr. Artur de Souza Costa, dentro da Câmara dos Deputados, é um dos técnicos que melhor sabem da situação financeira do nosso país. Mas como S. Excia. é o líder da bancada possedista, fia a referência pessoal, sem que com isso lhe queira provocar uma intervenção.

As drásticas declarações feitas pelo General Firmino Feltz Coelho, no Rio Grande do Sul, são de quem é infeliz, visto ser ele contrário ao Partido Único.

Ora, ninguém teve a intenção de, promovendo a "entente" partidária, fazer um bom entendimento entre os Partidos, transformar a vida política do Brasil, com a criação de um Partido Único, o que seria, sem dúvida, uma ideia maravilhosa, que devemos manter de nobres cogitações. Tenho entendido que o acordo feito e sancionado, solenemente, no Palácio do Catete, é, apenas, para realizar aquele sistema de administração tão bem elaborado pelo honrado e brilhante Senador José Américo de Almeida. Fora daí, o que há é uma trégua, é um amortecimento de paixões, é um abrandamento de espadas para que todos os Partidos possam trabalhar, a fim de auxiliar o País a ressurgir e recuperar-se.

Mas tanto quanto eu, os meus nobres e queridos parceiros do P. S. D. do Rio Grande, conhecem o temperamento e a mentalidade do illustre General Firmino Feltz Coelho. Não quero qualificá-lo de mentalidade troglodítica; mas não posso dizer que seja uma das mentalidades mais avançadas.

O Sr. **Dermozo Rocha** — A União Democrática Nacional, sob a chefia brilhante e patriótica de V. Excelência, até hoje, tem dado provas de grande renúncia, de grande despret-

imento e sobretudo, de muito ardor, em tratar com essa cordialidade que V. Ex. reflete na Câmara, as correntes políticas que concorram a todos os pleitos no Rio Grande do Sul. O P. S. D. tem encontrado na Assembleia do Estado, entre os seus mais eficientes colaboradores, os nobres representantes do Partido de V. Excelência. Quanto ao General Feltz Coelho, ainda não adotou uma conduta que seja uma norma para o P. S. D., em face do acordo sancionado pelo Presidente Eurico Dutra, o que há é, apenas, simples declaração do General Feltz Coelho, declaração essa que tem caráter pessoal e não político, porquanto a Executiva do P. S. D. ainda não se reuniu para deliberar a respeito.

O Sr. **FLORES DA CUNHA** — Publicarei uma nota, acrescentando, nos jornais de Porto Alegre e que aqui tenho.

Agradeço o apelo de V. Excelência.

Dessejava, todavia, dizer que se o illustre General Feltz Coelho, presidente do P. S. D. do Rio Grande do Sul, pretendia, com sua declaração extemporânea, evitar que se estabelecesse um entendimento na vida política do Rio Grande do Sul, não sei se terá praticado um ato em favor do bem estar do sua bem aventurada terra, porque a minha conduta no seio desta Casa, não tendo vindo que agora explicar os atos de minha ação política e administrativa, significa, porventura, que eu tenha estado para servir, ou à covardia ou ao desajuste de minha vida no serviço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Ora, o illustre Sr. Feltz Coelho não é, dentro do P. S. D., possivelmente, a pessoa mais autorizada para vir bloquear ou boicotar os entendimentos no campo do Estado feitos no Rio de Janeiro, porque, se é verdade que, nos últimos anos do governo do atual Senador Getúlio Vargas, S. Excia. teve discrepâncias com esse governante, não é menos verdade, também, que o Sr. General Feltz Coelho, como apoiado a um julgamento. (Muito apoiado.) Minha atitude, de moderação e de tolerância, nasceu do desejo de, pelo sempre, Goddar o resto da minha vida ao serviço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Ora, o illustre Sr. Feltz Coelho não é, dentro do P. S. D., possivelmente, a pessoa mais autorizada para vir bloquear ou boicotar os entendimentos no campo do Estado feitos no Rio de Janeiro, porque, se é verdade que, nos últimos anos do governo do atual Senador Getúlio Vargas, S. Excia. teve discrepâncias com esse governante, não é menos verdade, também, que o Sr. General Feltz Coelho, como apoiado a um julgamento. (Muito apoiado.) Minha atitude, de moderação e de tolerância, nasceu do desejo de, pelo sempre, Goddar o resto da minha vida ao serviço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Ora, o illustre Sr. Feltz Coelho não é, dentro do P. S. D., possivelmente, a pessoa mais autorizada para vir bloquear ou boicotar os entendimentos no campo do Estado feitos no Rio de Janeiro, porque, se é verdade que, nos últimos anos do governo do atual Senador Getúlio Vargas, S. Excia. teve discrepâncias com esse governante, não é menos verdade, também, que o Sr. General Feltz Coelho, como apoiado a um julgamento. (Muito apoiado.) Minha atitude, de moderação e de tolerância, nasceu do desejo de, pelo sempre, Goddar o resto da minha vida ao serviço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Ora, o illustre Sr. Feltz Coelho não é, dentro do P. S. D., possivelmente, a pessoa mais autorizada para vir bloquear ou boicotar os entendimentos no campo do Estado feitos no Rio de Janeiro, porque, se é verdade que, nos últimos anos do governo do atual Senador Getúlio Vargas, S. Excia. teve discrepâncias com esse governante, não é menos verdade, também, que o Sr. General Feltz Coelho, como apoiado a um julgamento. (Muito apoiado.) Minha atitude, de moderação e de tolerância, nasceu do desejo de, pelo sempre, Goddar o resto da minha vida ao serviço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Ora, o illustre Sr. Feltz Coelho não é, dentro do P. S. D., possivelmente, a pessoa mais autorizada para vir bloquear ou boicotar os entendimentos no campo do Estado feitos no Rio de Janeiro, porque, se é verdade que, nos últimos anos do governo do atual Senador Getúlio Vargas, S. Excia. teve discrepâncias com esse governante, não é menos verdade, também, que o Sr. General Feltz Coelho, como apoiado a um julgamento. (Muito apoiado.) Minha atitude, de moderação e de tolerância, nasceu do desejo de, pelo sempre, Goddar o resto da minha vida ao serviço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Ora, o illustre Sr. Feltz Coelho não é, dentro do P. S. D., possivelmente, a pessoa mais autorizada para vir bloquear ou boicotar os entendimentos no campo do Estado feitos no Rio de Janeiro, porque, se é verdade que, nos últimos anos do governo do atual Senador Getúlio Vargas, S. Excia. teve discrepâncias com esse governante, não é menos verdade, também, que o Sr. General Feltz Coelho, como apoiado a um julgamento. (Muito apoiado.) Minha atitude, de moderação e de tolerância, nasceu do desejo de, pelo sempre, Goddar o resto da minha vida ao serviço do Brasil e do Rio Grande do Sul.

bin efetuar obra de governo no Rio Grande, se não contar com o apoio das correntes políticas que não formaram em torno da sua eleição ou não concorreram para ela?

Todos sabem — e peço a atenção do nobre Deputado Sr. Amaral Feltz — o intento feroz que me separa, pessoalmente, do ex-chefe do governo do Brasil, Sr. Getúlio Vargas. Chamarei a atenção do nobre colega por se tratar do seu chefe e do seu sogro. Mas, se o Sr. General Feltz Coelho pretende variar quer colaboração nossa, por mínima e menos importante que seja, ainda quando exista esse feroz intento que nos separa do Sr. Getúlio Vargas, procuremos um "entente" com o Partido Trabalhista, vigoroso no Rio Grande do Sul, e com os sempre legendários libertadores, que combati nas condições, mas que há dignidade anos, fazem oposição no Brasil. Então, não sei se se transformará o Govern. do Sr. Valter Jobim.

Está equivocado o Sr. General Firmino Feltz quando pensa que a U. D. N. do Rio Grande do Sul pretende avançar nos postos para exigências de estômago. Não! Nós não queremos postos, por mínimos que sejam. Daremos a nossa colaboração para que o Rio Grande do Sul possa pagar o que deve, possa empreender os grandes melhoramentos que tem programados, como o da eletrificação do Estado, o da limpeza da sua magnífica rede fluvial, o de abertura das canais que nos ligam ao oceano e da valorização da nossa produção, o da solução do problema dos transportes, pois a Viação Férrea que durante os 15 anos em que governou o Estado sempre deu suporte ao "hoje" há vários anos, é definitiva, está em tal situação que se pensa já em entregá-la a União, de vez que se trata de próprio federal atendido ao Estado.

Não quero, porém, dar a esta arena assim um aspecto menos odioso, de lavagem de roupa suja. Apenas, Sr. Presidente, feitas estas considerações e, como dizia os castelhanos, "nada de palajo" e as franceses a "vrai diástin", quero pedir ao nobre pequeno discurso que pronunciou, como sua parte integrante, o discurso pronunciado pelo jovem e brilhante companheiro e amigo, Dr. Daniel Krieger, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em que respondeu, com lucrosa superintendência, as afirmações do General Firmino Feltz.

Retirem os seus olhos do meu Estado, convencidos de que eu e os meus amigos daquela Unidade da Federação estamos prontos a colaborar para que o nosso governante, Sr. Valter Jobim, chegue a bom término de governo mais não queiramos nenhum outro para aqui (Muito bem, muito bem, Palmas).

MENTAMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO FLORES DA CUNHA NO SEU DISCURSO

O Sr. Daniel Krieger, em discurso, traça a posição das identidades gouchos.

Conforme antecipamos, o deputado Daniel Krieger ocupou ontem, a tribuna da Assembleia para definir a posição da UDN relativamente ao seu voto interpartidário, bem como para revelar os passos dados, no Estado, para a extensão daquele ajuste ao âmbito estadual.

É o seguinte, na íntegra, o importante discurso do Uder uenista: "Sr. Presidente.

Srs. Deputados. A União Democrática Nacional, como é do amplo conhecimento de V. Excia., assim há dias um acordo interpartidário, destinado a possibilitar a execução do programa "constitutivo, por ela elaborado e pelos partidos Social Democrático e Republicano revista e adotado. As razões que determinaram a União Democrática e fazer o ajuste